



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELA CRUZ**  
*a casa do povo!*

Ofício n.º 01/ RGF.S2-2018

Bela Cruz, 25 de Janeiro de 2018.

Senhor Presidente,

Venho por meio deste, encaminhar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) a esse colendo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, nos termos da Lei Complementar N.º 101/2000 e Instrução Normativa N.º 03/2000.

Declaramos ainda que o citado Relatório de Gestão Fiscal foi publicado com afixação no flanelógrafo da Câmara Municipal e ficará afixado pelo o período de 120 Dias, bem no site <http://www.cmbelacruz.ce.gov.br/>, por prazo indeterminado, contendo os elementos dispostos no art. 54, 55 e 63, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000.

Sem mais para o momento, elevamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
Raimundo Ribeiro Neto  
PRESIDENTE

Exmo. Sr. Edilberto Carlos Pontes Lima.

M.D. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Fortaleza-Ce.



## EDITAL DE PUBLICAÇÃO

### ATENDIMENTO AOS LIMITES DEFINIDOS NA LRF E PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Declaramos, sob as penas da Lei, que o Relatório de Gestão Fiscal da **CÂMARA MUNICIPAL DE BELA CRUZ** do Estado do Ceará, relativo ao 3º Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2017, demonstra o atendimento aos limites definidos na LRF, conforme nos disposto Art. 23, § 3º, e art. 25, inciso IV, alínea "c", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Declaramos por oportuno que, o citado Relatório de Gestão Fiscal foi publicado com afixação no flanelógrafo da Câmara Municipal e ficará afixado pelo o período de 120 Dias, bem como no site <http://www.cmbelacruz.ce.gov.br/>, por prazo indeterminado, contendo os elementos dispostos no art. 54, 55 e 63, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000.

Declaramos, portanto, que Relatório de Gestão Fiscal Segue o que determina a Portaria de Nº 403 de 28 de junho de 2016 Secretaria do Tesouro Nacional, que dispõe sobre a 7ª Edição dos Demonstrativos Fiscais para o Ano de 2017.

Anexo 01 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Anexo 05 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Anexo 06 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Bela Cruz-Ce, 25 de Janeiro de 2018



Raimundo Ribeiro Neto  
PRESIDENTE

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoa ativo	1.430.829,80	0,00
Pessoa inativo e pensionista	1.430.829,80	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESA NÃO COMPUTADAS (paráq. 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
DESP. LIQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)	1.430.829,80	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	49.388.237,16	0,00 %
(-) Transferência obrigatória da União relativas às emendas individuais (V) (113, art. 166 da CF)	49.388.237,16	100,00 %
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	1.430.829,80	2,90 %
LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	2.963.294,23	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.815.129,52	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do par. 1º do art. 59 da LRF)	2.666.964,81	5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Bela Cruz - DATA DA EMISSÃO: 25/01/2018 - HORA DA EMISSÃO: 15:42:25

(\*)

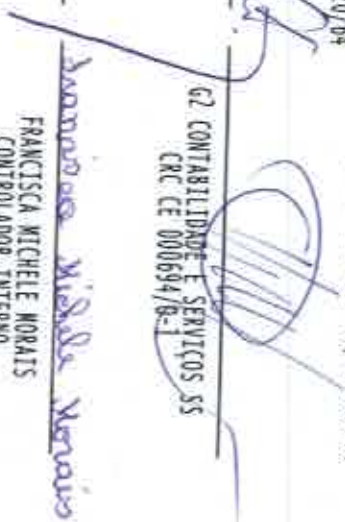


RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2017 (até dezembro)

Nota: Duração o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 65 da Lei 4.320/64

  
RAIMUNDO RIBEIRO NETO  
PRESIDENTE

  
G2 CONTABILIDADE E SERVIÇOS SS  
CRC CE 000694/R-1

  
FRANCISCA MICHELE MORAIS  
CONTROLADOR INTERNO

Anexo 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (F) = (A) - (B+C+D+E)	RESTOS A PAGAR EMERENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMERENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RESTOS A PAGAR E NÃO PAGOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ATUAL (C)	RESTOS A PAGAR EMERENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)				
Total de recursos vinculados (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Área da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Área da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total de recursos não vinculados (II)	67.313,99	0,00	3.300,81	0,00	1.724,00	62.289,18	13.000,00	0,00	
Demais áreas	67.313,99	0,00	3.300,81	0,00	1.724,00	62.289,18	13.000,00	0,00	
Total (III) = (I+II)	67.313,99	0,00	3.300,81	0,00	1.724,00	62.289,18	13.000,00	0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: SISTEMA: ASPEC Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Bela Cruz - DATA DA EMISSÃO: 25/01/2018 - HORA DA EMISSÃO: 15:43:54

NOTA: A disponibilidade do RPPS está comprometida com o passivo atuarial

  
 RAIMUNDO AZEITEIRO NETO  
 PRESIDENTE

  
 FRANCISCA MICHELE MORAIS  
 CRC CE 000694/0-1  
 CONTROLADOR INTERNO

FRANCISCA MICHELE MORAIS  
 CONTROLADOR INTERNO

Anexo 7 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE		
Receita Corrente Líquida	49.388.237,16		
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>			
	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.430.829,80	2,90%	
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <A>	2.963.294,23	6,00%	
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <A>	2.815.129,52	5,70%	
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>			
	VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00%	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00%	
<b>GARANTIA DE VALORES</b>			
	VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00%	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	22,00%	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>			
	VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00%	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00%	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00%	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00%	
<b>RESTOS A PAGAR</b>			
	VALOR	% SOBRE A RCL	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	13.000,00	62,289,18	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)			
<b>Valor total</b>	<b>13.000,00</b>	<b>62.289,18</b>	